

# Necessidade de integração das políticas de informação no Mercosul

Murilo Bastos da Cunha  
Jaime Robredo

## A INTEGRAÇÃO REGIONAL: UM FENÔMENO MUNDIAL

A integração de países ou blocos de países é um tema antigo ao longo da história da humanidade. Entretanto, no final dos anos 50, tendo em vista a necessidade de reconstrução das nações; causada pelos efeitos danosos da II Guerra Mundial, seis países europeus (a ex-Alemanha Ocidental, França, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo) decidiram assinar, em março de 1957, o Tratado de Roma. A partir deste tratado, estava criada a Comunidade Econômica Européia (CEE) – também conhecida como Mercado Comum Europeu. Em 1973, a CEE atingiu nove membros com a entrada do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca; a Grécia incorporou-se em 1984; Portugal e Espanha, em 1986, completando o grupo atual de 12 países-membros.

A CEE teve como objetivos a promoção da unidade política e econômica entre os países participantes. Para a consecução destes objetivos, foi necessária a criação, de forma gradual, de um mercado comum. Por mercado comum entende-se a liberdade de circulação dos fatores produtivos, abrangendo não apenas as mercadorias e os serviços, mas também as pessoas e os capitais<sup>1</sup>. A CEE completou a construção do seu mercado comum a partir de 1º de janeiro de 1993, quando caíram as barreiras para a livre circulação de bens e pessoas entre os seus 12 países, e passou a ser um formidável conglomerado de 345 milhões de pessoas e uma economia no valor total de US\$ 6 trilhões<sup>2</sup>.

Em 12 de agosto de 1992, foi assinado, em Washington, a criação do North American Free Trade Agreement (Nafta) envolvendo vendo México, Estados Unidos e Canadá. Este acordo segue a tendência mundial de formação de blocos comerciais e supera a CEE, pois abrigará 360 milhões de habitantes e um produto interno bruto (PIB) de US\$ 6,5 trilhões<sup>3,4</sup>. Além dessa integração fiscal e monetária, a CEE se propõe ainda a financiar o desenvolvimento de áreas mais atrasadas, a implementação de

políticas setoriais e a criação de uma cultura européia.

Na América Latina, a idéia de integração é discutida há longo tempo<sup>5</sup>. Entretanto, somente a partir de março de 1991, foi que esta integração se tornou uma realidade, com a assinatura do Tratado de Assunção pelos presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, mediante o qual ficou criado o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Assim, a partir de 1º de janeiro de 1995, a circulação de mercadorias deverá estar liberada de qualquer direito aduaneiro, bem como de restrições dentro do espaço econômico constituído pelos quatro territórios nacionais. Inicialmente, serão reduzidas e compatibilizadas as tarifas alfandegárias; em seguida, os mercados nacionais serão integrados. Na tabela 1, estão os principais indicadores econômicos relativos a esse novo bloco econômico.

Ainda na América Latina, foi realizado em Cartagena (Colômbia), no início de dezembro de 1991, um encontro entre os membros do Pacto Andino (Colômbia, Venezuela, Bolívia, Equador e Peru). Neste encontro, decidiu-se que fosse formada uma zona de livre comércio a ser estabelecida a partir de 1995.

Como se pode observar, a formação de blocos econômicos parece ser uma tônica dos anos 90. Em um mundo cada vez mais competitivo, a união de países vizinhos é um fator que poderá aumentar a eficiência e complementaridade das economias nacionais. É uma utopia, contudo, achar que basta abrir as fronteiras nacionais para haver integração regional. Para que essa tão almejada integração se concretize, é imprescindível também haver a harmonização entre as diversas políticas nacionais. Este trabalho pretende abordar os principais tópicos relacionados com a integração da indústria de informação dentro da área do Mercosul.

## Resumo

*O fenômeno de formação de grandes blocos econômicos tem suas origens nos anos 50. Recentemente, em 1991, foi criado o Mercado Comum do Sul (Mercosul). É necessário desenvolver estudos sobre o tamanho e as características dos diversos componentes da indústria da informação nos quatro países que compõem o Mercosul. É precária a situação das bibliotecas, bases e bancos de dados nessa região. Devem ser explicitados os papéis a serem desempenhados pelos setores público e privado numa futura política regional que resulte na integração dos serviços de informação hoje dispersos, na ampliação das ações cooperativas e no estabelecimento de uma infra-estrutura informacional apropriada para a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.*

## Palavras-chave

*Políticas de informação em ciência e tecnologia; Mercosul; Indústria da Informação / Mercosul.*

**Tabela 1 – Indicadores econômicos e sociais**

Indicador	ARG	BRA	PAR	URU
• Produto Nacional Bruto (PNB, em US\$ bilhões) 1990	68,78	375,15	5,39	6,97
• Nível de desemprego (março/92)	5,3%	6,14%	sd	8,1%
• Balança comercial em 1991 (em US\$ bilhões) superávit (+), ou déficit (-)	+ 3,83	+ 10,62	sd	- 0,057
• Salário mínimo (em US\$, mês)	200	94	178	86
• Renda <i>per capita</i> (em US\$)	2160	2540	1080	2620
• População urbana	(1987) 85%	(1989) 76%	(1987) 43%	(1985) 86%
• Expectativa de vida (anos)	(1989)	(1989)		
homens	67	64	67	68
mulheres	74	69	72	75
• Taxa de natalidade (1989)	1,2%	2,0%	3,0%	0,7%
• Médico/população	1/370	1/681	1/1 458	1/447
• Mortalidade infantil (por 1 000 nascimentos vivos)	32	67	49	34
• Leito hospital/população	1/186	1/282	1/1 489	1/127

sd = sem dados  
Fontes:

## A INDÚSTRIA DE INFORMAÇÃO

Antes de se falar da indústria de informação, é necessário mencionar a crescente importância da informação nas sociedades modernas. Até os anos 50, a força de trabalho das economias nacionais era tradicionalmente dividida em três grandes setores: o primário (ligado principalmente ao extrativismo), o secundário (produtos manufaturados); o terciário (serviços). Nos anos 60, os economistas criaram um novo setor definido como o do conhecimento ou o da informação.

Em 1962, este setor quaternário foi denominado por Machlup<sup>6</sup> como o da "indústria do conhecimento" e era quase como um amplo guarda-chuva que incluía o sistema educacional, a imprensa, bibliotecas, institutos de pesquisa e órgãos similares. Ele estimou que, em 1958, 31% do total da força de trabalho dos Estados Unidos estariam empregados na indústria do conhecimento.

Em 1973, Daniel Bell<sup>7</sup> fez uma tentativa para medir a proporção dos trabalhadores do setor do conhecimento na força de trabalho norte-americana. Utilizando uma definição mais restrita do que seria um trabalhador típico deste setor, Bell incluiu somente os produtores de informação - entre eles estavam os professores, engenheiros, técnicos especializados e cientistas. Com essa metodologia, Bell estimou que em 1963 as ocupações técnica e profissionais - o núcleo central da "sociedade do conhecimento" - representavam 12,2 da força de trabalho dos Estados Unidos.

Em 1977, Marc Porat<sup>8</sup> publicou um relatório de nove volumes intitulado *The information economy*, confirmando a tese de Machlup relativa à tendência crescente deste setor quaternário na economia norte-americana. Porat definiu os "trabalhadores da informação" como aqueles que estavam empregados na criação e processa-

mento da informação. Assim, ele classificou o setor quaternário em três subsetores:

Subsetor A: trabalhadores cujo produto final é a informação

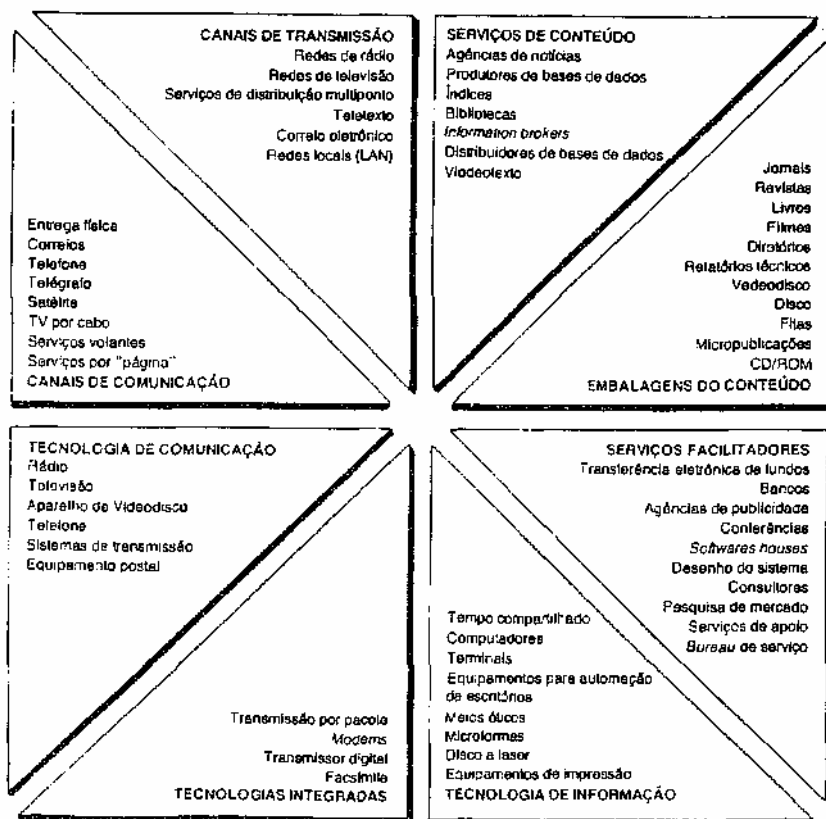
Subsetor B: trabalhadores cuja atividade principal é de natureza informacional, isto é:

- criadores da informação
- transmissores da informação
- processadores da informação

Subsetor C: trabalhadores que operam tecnologias da informação

As idéias de Porat foram testadas em diversos países<sup>9,10</sup>. Em 1980, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>11</sup> realizou estudos visando a medir o tamanho do setor quaternário na força de trabalho de diversos países industrializados. Em 1984, Vitro<sup>12</sup> utilizou a metodologia da OCDE para fazer uma análise do setor de informação na Venezuela.

Como se pode notar, é cada vez mais crescente o interesse em se conhecer a real dimensão do setor quaternário nos



Fonte: Information Industry Association.

**Figura 1 - Mapa da indústria da informação**

mais diversos países. Além disso, é quase uma opinião unânime, entre todos estes estudos, a de que o setor da informação ocupa uma porção, cada vez maior, da população economicamente ativa dos países industrializados. Infelizmente, na área do Mercosul, não existem estudos atualizados sobre o setor quaternário nos quatro países que compõem este novo bloco econômico. Além disso, conforme nos mostra a figura 1, o mais novo setor da economia é composto por uma miríade de subsectores. Sem levantamentos factuais, a análise global sobre o setor é uma tarefa quase impossível, apesar de sua grande importância e alta complexidade. Assim, pretendemos nos deter na apreciação dos principais componentes documentários do subsector denominado "serviços de conteúdo" pela Information Industry Association (IIA).

## INFORMAÇÃO DOCUMENTAL

Se concordarmos que, nos tempos atuais, viver implica uma constante mudança e desenvolvimento em um mundo cada vez mais tecnológico, concluiremos que isto redundará no estabelecimento de uma sociedade literata e em um sistema que facilitará uma troca contínua de idéias. Para possibilitar uma efetiva troca de idéias, a humanidade criou diversos tipos de depósitos de conhecimentos, e, entre eles, situam-se a biblioteca e instituições congêneres. Assim, além do papel de custodiar este depósito de conhecimentos, a biblioteca também tem de servir de importante elemento no processo de comunicação desses conhecimentos.

Na maioria dos países em desenvolvimento e em especial na América Latina, a biblioteca tem falhado na função de custodiar os conhecimentos e também na divulgação dessa riqueza potencial. Nossas bibliotecas são basicamente instituições elitistas, satisfazendo-se em servir uma pequena parte da população. Ao mesmo tempo, as bibliotecas e os serviços de informação são pouco entendidos pelos governantes, redundando também em um baixo *status* profissional. Estamos, pois, em um perigoso e difícil círculo vicioso que precisa ser rompido a fim de que nossa missão profissional seja exercida em toda a sua plenitude.

É claro que, neste cenário um pouco sombrio, existem exceções. Temos em nosso meio bibliotecas e centros de informação que se comparam a instituições similares dos países do Primeiro Mundo. Entretanto, essas instituições são ilhas de excelências. As razões do sucesso dessas "ilhas" têm sido tratadas na literatura profissional<sup>13</sup>. As causas das deficiências dos nossos organismos de documentação são

**Tabela 2 - Bibliotecas nos países do Mercosul**

Tipos de bibliotecas	ARG	BRA	PAR	URU
Pública	(1980)	(1982)	(1978)	(1978)
Total	2 500	2 600	15	72
Número de volumes	sd	18 106 000	46 850	166 000
Usuários inscritos	sd	2 919 155	734 400	sd
Especializada	(1984)	(1982)	(1978)	(1985)
Total	63	1 494	17	25
Número de volumes	1 645 000	12 854 000	42 170	863 000
Usuários inscritos	654 288	424 425	4 500	sd
Universitária	(1976)	(1984)	(1978)	(1984)
Total	195	981	19	55
Número de volumes	sd	8 570 000	98 000	152 000
Usuários inscritos	sd	1 425 220	24 150	20 434
Escolar		(1984)	(1978)	(1978)
Total	sd	14 334	47	51
Número de volumes	sd	20 762 000	156 300	39 000
Usuários inscritos	sd	sd	44 000	sd

sd = sem dados

Fontes: *Unesco Statistical Yearbook 1991*, *ALA World encyclopedia of library and information services (1980)*.

as mais variadas, indo desde os recursos humanos até fatores ambientais (instabilidade política, descontinuidade administrativa e modelo econômico dependente), que, pela sua magnitude, ultrapassam os esforços até dos mais dedicados e competentes profissionais da nossa área.

Na tabela 2, estão os principais dados estatísticos relativos às bibliotecas escolares, públicas, especializadas e universitárias dos países do Mercosul. Vale ressaltar aqui a dificuldade em se conseguirem dados estatísticos atualizados e que tenham maior abrangência sobre a real situação bibliotecária nesse bloco regional. Mesmo assim, com os dados coletados, pode-se notar que, mesmo no Brasil, onde a situação parece ser um pouco melhor, o tamanho médio do acervo é baixo, comparado aos padrões internacionais. Nas bibliotecas públicas, por exemplo, o tamanho médio é 5 029 volumes; nas universitárias, ele atinge 8 735 volumes. No caso das bibliotecas universitárias, a situação também é gritante. No Brasil, o acervo total deste tipo de biblioteca atinge 8,5 milhões de volumes, quantitativo menor do que o da Harvard University, por exemplo.

Na maioria dos países da América Latina, há, dentro da estrutura governamental, um organismo devotado ao desenvolvimento científico e tecnológico. Neste organismo, geralmente existe uma instituição que se preocupa com o planejamento e desenvolvimento da grande área de informação científica e tecnológica (ICT) – o IBICT no Brasil, por exemplo, é urna dessas instituições. Essas instituições muitas vezes

"são pontos focais nacionais para diversas atividades pioneiras de informação, como, por exemplo: desenvolvimento de uma infra-estrutura de informação, treinamento e educação; promoção nacional da ICT; assistência às bibliotecas; importação, adaptação ou desenvolvimento de novos métodos para o processamento e disseminação da informação; convencimento de bibliotecários e outros profissionais a aceitarem esses novos métodos e padrões; representação internacional; condução de pesquisa em ciência da informação"<sup>14</sup>.

Acreditamos que, no Mercosul, as instituições nacionais de ICT podem, mediante convênios formais, trocar experiências positivas já levadas a efeito em muitas atividades especializadas. É possível que a solução de muitos de nossos problemas documentários esteja em país vizinho, e não necessariamente em países do Primeiro Mundo,

## BASES E BANCOS DE DADOS

Não existem dados recentes sobre o número de bases de dados na América Latina como um todo. No Brasil, por exemplo, havia, em 1986, 390 bases produzidas por 79 entidades públicas<sup>15</sup>, grande parte delas se classificava como de acesso restrito. Esta última característica dificulta o acesso ao público em geral.

Assim, o que se pode observar é que, no caso brasileiro, já existe de fato uma quantidade apreciável de bases de dados. Grande parte delas é produzida por

agências governamentais que, infelizmente, têm pouca ou nenhuma experiência no *marketing* da informação. Na prática, esta é quase uma informação "clandestina", pois o público, mesmo o especializado, desconhece sua existência e, por conseguinte, quase não utiliza esse manancial de informação.

Além disso, vale a pena relembrar o papel desempenhado por alguns organismos internacionais – como Food Agricultural Organisation (FAO), Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea) – no desenvolvimento de sistemas especializados de informação na América Latina. As áreas de agricultura, medicina e energia nuclear possuem um bom controle bibliográfico. O *know-how* da Bireme e do CIN/CNEN em manter redes de coleta, processamento e difusão de informação deve ser repassado a outras áreas.

A maioria das bases de dados documentárias de acesso público existentes nos bancos de dados foram desenvolvidas e organizadas nos Estados Unidos e em alguns países da Europa. Pode-se afirmar que essas bases foram produzidas em resposta às necessidades de informação dos respectivos países. Além disso, os periódicos latino-americanos não são extensivamente cobertos pelos principais serviços de indexação e resumo. Em contrapartida, os relatórios técnicos, teses e outros tipos de documentos originados na região também não estão indexados nas fontes bibliográficas estrangeiras.

Deve-se ressaltar, entretanto, que existem necessidades de informação específicas do Mercosul. Elas estão intimamente relacionadas com as tendências da pesquisa científica e do desenvolvimento industrial latino-americano. Por essa razão, bases de dados produzidas nos países do Norte, por si só, não serão suficientes para atender a essas necessidades de informação de forma precisa e eficaz. Por isso, deve-se estimular o surgimento e/ou aprimoramento de bases de dados locais, de forma a preencher tais lacunas importantes do ciclo documentário. Tais bases de dados devem ser orientadas não somente para o Mercosul, mas também para outros mercados. "A exemplo dos franceses, que, apesar de extremamente ciosos de sua língua materna, já estão vendendo bases de dados com indexação em inglês"<sup>16</sup>. Assim, esses novos produtos, para penetrar no mercado internacional, deverão processar seus dados também na língua inglesa. Neste ponto, à semelhança do que já foi feito na CEE, tesouros multilíngües – em espanhol, português e inglês, por exemplo – deverão ser objeto de desenvolvimento.

No tocante a banco de dados, a situação no Mercosul é ainda precária. Apesar de existirem centenas de bases de dados nos quatro países – notadamente na Argentina e no Brasil –, poucas são de acesso público em linha, pela falta de bancos de dados e/ou interesse dos poucos bancos existentes. Em 1993, espera-se que no Brasil já esteja em operação o Sistema Público de Acesso a Bases de Dados (SPA), interligando sete sistemas de informação (Bireme, CIN/CNEN, Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, IBICT, Fundação Getúlio Vargas, Embrapa e o Ministério da Agricultura). O banco de dados Aruanda, do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), já assinou contratos para permitir o acesso às suas bases de dados. Esses contratos foram realizados com o Banco da República Oriental do Uruguai e com as empresas Total-Net e Siscotel, da Argentina<sup>17</sup>.

Como pode se notar, algumas ações pioneiras, ainda sob a forma isolada, como a do Serpro, começam a ser implementadas. Mas o atual *status quo* no que se refere a bases e bancos de dados no Mercosul é inaceitável. Os quatro países devem procurar o uso máximo dos dados/informações já armazenados nas agências governamentais. A semelhança da Euronet, espera-se que seja possível a existência de uma Merconet. Esta futura rede do Mercosul deve ser composta pelas redes nacionais de informação, como o SPA no Brasil, de forma descentralizada e baseada na cooperação entre os atuais e futuros bancos de dados de todos os tipos. Além de referências bibliográficas, esta rede deverá ter o texto completo de determinados documentos, informações

sobre projetos/pesquisa em andamento, dados numéricos e cacos sobre empresas e produtos.

A implementação da Merconet precisará receber investimentos públicos para operar parte de suas atividades; taxas devem ser introduzidas desde o início do desenvolvimento do programa. Para amenizar uma possível baixa demanda de usuários dos quatro países, a futura rede deve permitir a participação dos outros países do continente.

Para facilitar o acesso à informação que será disseminada pelos bancos de dados, é importante a integração dos catálogos coletivos de publicações. Esses catálogos darão o suporte para uma efetiva comutação bibliográfica.

#### SETOR PRIVADO VERSUS SETOR PÚBLICO

A definição de uma política de informação que possa integrar os quatro países do Mercosul é, ao mesmo tempo, uma ação de extrema importância, urgência e complexidade. Como podemos ver nos números contidos nas tabelas 1 (Indicadores econômicos e sociais), 2 (Bibliotecas), 3 (Dados educacionais) e 4 (Cientistas e engenheiros engajados na pesquisa e desenvolvimento), existem muitas disparidades entre os países. Nenhum deles é auto-suficiente em matéria de informação e, em tocos eles, o Estado ainda tem um forte domínio na economia. Grande parte das bibliotecas, bases de dados, redes de telecomunicações e sistemas especializados de informação está sob a jurisdição do poder público.

**Tabela 3 – Dados educacionais**

Item	ARG	BRA	PAR	URU	TOTAL
População em (1989)	31 900 000	147 400 000	4 600 000	3 080 000	186 500 000
Analfabetos % (1989)	6%	24%	19%	4%	–
Ensino de 1º grau (1988)	(1988)	(1989)	(1989)	(1988)	–
• Número de escolas	21 207	202 950	4 411	2 381	–
• Alunos matriculados	4 998 000	27 640 000	656 000	351 000	33 645 000
Ensino de 2º grau (1987)	(1987)	(1989)	(1989)	(1988)	–
• Número de escolas	sd	sd	sd	sd	–
• Alunos matriculados	1 862 000	3 441 000	155 000	243 000	5 701 000
Ensino de 3º grau (1987)	(1987)	(1989)	(1989)	(1989)	–
• Número de professores	75 000	128 000	sd	2 332	205 361
• Alunos Matriculados	958 542	1 518 904	31 117	32 627	2 541 190
Gastos com educação (1989)	(1989)	(1986)	(1985)	(1988)	–
– em relação ao PNB	1,5%	4,6%	1,5%	3,1%	–
– em relação aos gastos governamentais	8,0%	17,7%	16,7%	15,1%	–
C&T (1988)	(1988)	(1985)	(1981)	(1985)	–
• Cientistas engenheiros	695 000	1 362 206	-sd	57 650	2 114 856
• Cientistas engenheiros em P&D	17 329	52 863	807	2 093	73 092

sd = sem dados

Fonte: *Unesco Statistical Yearbook 1991*.

**Tabela 4 – Cientistas e engenheiros engajados na pesquisa e desenvolvimento**

Área da Ciência	ARG	BRA	PAR	URU	TOTAL
Ciências Naturais	(1982) 7 131	(1977) 4 363	sd	(1971) 354	11 818
Engenharia Tecnologia	2 423	2 581	sd	641	5 645
Ciências Médicas	1 653	1 817	sd	598	4 068
Agricultura	2 480	2 693	sd	506	5 679
Ciências Sociais e Humanas	2 351	2 224	sd	269	4 844
Outros	1 153	–	sd	sd	1 153
Total	17 191	13 678	sd	2 338	32 207

sd = sem dados

Fonte: *Statistical Abstract of Latin America, 1989.*

O grande poder detido pelo Estado é uma realidade nos países latino-americanos. Esses governos fundaram ou adquiriram empresas para fornecer não apenas a infra-estrutura básica, como energia elétrica ou telecomunicações, mas também uma enorme variedade de produtos e serviços. Muitas dessas empresas estatais provocaram prejuízos, e os governos as subsidiaram, imprimindo dinheiro ou tomando empréstimos. Além disso, ao longo de décadas, muitas dessas companhias estatais logo se transformaram em uma nova classe privilegiada, enquanto a situação dos pobres não apresentava nenhuma melhora. Nos anos 80, uma onda de privatização passou a varrer nossos países. E é claro que nem sempre a privatização, por si só, resolverá o problema econômico. Algumas das nossas empresas estatais estão sendo vendidas para os mesmos oligopólios que tradicionalmente controlam a economia. A conquista do nosso verdadeiro desenvolvimento econômico e de uma distribuição de renda mais justa requer o surgimento de um novo tipo de empresário, isto é, aquele disposto a competir em um mercado aberto.

Historicamente, a comercialização da informação por parte do setor privado que controla as novas tecnologias de informação fez com que a informação se transformasse em uma mercadoria (*commodity*). Além disso, empresas transnacionais passaram a entrar nesse novo mercado, diminuindo, conseqüentemente, o poder e a autoridade dos estados nacionais. A crescente privatização na área fará com que seja imposto o critério do mercado. O mercado de informação – ou, como afirmam alguns, o livre mercado de informação – não é somente um programa governamental de muitos países que embarcaram na onda neoliberal, mas uma nova e quase irreversível realidade imposta pela sociedade da informação, na qual, inevita-

velmente, a informação se transformou em um bem valioso e vendável.

Como já afirmamos anteriormente, nos países latino-americanos o papel do Estado na economia sempre foi preponderante. Este papel tem razões históricas e possivelmente continuará a ser exercido, mesmo que em menor escala, nas próximas décadas. No Mercosul, portanto, haverá necessidade de promover uma integração entre os setores público e privado, visando a incrementar o provimento de informação, tendo como objetivo maior a redução no desnível entre os "ricos" e os "pobres" de informação<sup>18</sup>.

A questão vital é saber quais serão os papéis a serem desempenhados pelos setores público e privado na área dos serviços documentários. Não existe uma única e simples resposta para esta questão. "A determinação do custo é basicamente uma questão econômica necessária à gerência eficiente. O preço do produto e serviço, apesar de estar relacionado com a preocupação econômica, também pode ser uma decisão política, especialmente no setor público. Determinar o valor do produto ou serviço é uma decisão que pode ir além das questões meramente econômicas, pois facetas relacionadas com qualidade ou ética podem transformá-lo em um bem público"<sup>19</sup>.

A quantificação destes três atributos da informação, isto é, o custo, preço e valor, não é uma tarefa trivial. "Por exemplo, é relativamente fácil determinar o custo de um produto ou serviço informacional, mas é mais difícil determinar o custo da criação da informação no primeiro lugar. Determinar preço é consideravelmente mais complicado. O empresário precisa determinar o preço de maneira que os custos possam ser cobertos e, ao mesmo tempo, possibilitar um retorno do investimento, não em

um nível tão alto que possa ir além da capacidade do mercado ou deixar o mercado para competidores. O provedor de informação governamental precisa considerar se é sua responsabilidade, perante o público, produzir e disseminar informação a preço zero, a preço abaixo do custo, a preço que recubra o custo total, ou mesmo em uma escala decrescente que possa subsidiar alguns usuários. Nenhuma dessas decisões é fácil"<sup>20</sup>.

Vários dos provedores de informação que operam na região do Mercosul são de pequeno porte e orientados para os respectivos mercados nacionais – a Bireme é uma grande exceção. *Eles estão acostumados* a desenvolver seus mercados basicamente dentro de suas fronteiras nacionais e lingüísticas e, possivelmente, ainda não possuem as habilidades e os recursos necessários à ampliação de seus campos de ação.

Como se espera que dentro do Mercosul exista um livre movimento de produtos, serviços, capitais e pessoas, o sucesso nesse novo mercado comum dependerá do desenvolvimento de uma economia de escala que, por sua vez, irá demandar serviços de informação. Assim, em termos estratégicos, precisa-se impedir o aumento da dependência de fontes externas de informação.

O Mercosul, portanto, deve interligar os serviços dispersos, ampliar ações cooperativas e estabelecer uma infra-estrutura informacional apropriada aos quatro países. Para se atingir esses objetivos, duas grandes atividades precisam ser implementadas.

A primeira será a realização de um amplo e detalhado levantamento dos recursos informacionais existentes na região. Esse levantamento visará a obter dados sobre os diversos tipos de serviços/produtos, número e tipos de usuários atendidos e infra-estruturas existentes. Essa massa de dados deverá ser analisada e deverá ser feito um diagnóstico sobre a real situação do setor informacional no Mercosul.

A segunda atividade deverá ser uma programação do Mercosul para desenvolver o mercado de informação. Esta proposta não é inovadora, pois ela já foi testada pela CEE, que, em 1988, aprovou um plano de ação, conhecido como Impact, que teve como objetivos:

- "criar um mercado interno dos provedores europeus de serviços de informação;
- ampliar a competitividade dos provedores europeus de serviços de informação;

- c) promover o uso de serviços avançados de informação;
- d) reforçar a coesão da CEE no que se relaciona a políticas de serviços de informação<sup>21</sup>.

Uma rápida avaliação do Impact mostrou que "a maioria dos desenvolvimentos necessários para se alcançar um mercado interno de serviços não pode ser atingida somente mediante esforços individuais, mas requer a colaboração internacional"<sup>22</sup>.

## CONCLUSÃO

Parece que o Mercosul inspirou-se na experiência e cooperação desenvolvida pelo Brasil e Argentina após 1985, durante as gestões dos presidentes Sarney e Alfonsín. A preocupação era mais política do que econômica. Hoje, as preocupações parecem ser mais ousadas: integrar economias pouco estáveis, com inúmeras diferenças (ver tabela 1), adotar a livre circulação de fatores de produção e elaborar estratégias industriais comuns.

Diferente de outros blocos regionais, o Mercosul não pode e nem deve ter somente o vetor econômico com fator básico

### Murilo Bastos da Cunha

Mestre em Administração de Bibliotecas pela Universidade Federal de Minas Gerais, PhD pela University of Michigan, professor do Departamento de Ciências da Informação e Documentação (CID) da Universidade de Brasília.

### Jaime Robredo

Doutor em Ciências, professor titular do Departamento de Ciências da Informação e Documentação da Universidade de Brasília.

## The need of integrating information policies in the Mercosul

### Abstract

*The phenomenon of the formation of large economic blocs started in the fifties. Recently, in 1991, it was created the Common Market of the South (Mercosul). This paper stresses the need of more efforts to know the size and characteristics of the information industry in the four Mercosul countries (Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay). The conditions of libraries, databases and data banks in the region are precarious. The roles played by the public and private sectors in the future regional policy should be explicitated in order to integrate the present dispersed information services: the enlargement of cooperative actions and the establishment of an appropriate and modern information infrastructure in the region should also be done.*

### Key words

*Information policies in science and technology; Mercosul; Information industry/Mercosul.*

da integração regional. Não pode haver o superdimensionamento dos aspectos comerciais e jurídicos em detrimento de outros, como o institucional, o cultural e o social.

Assim, o setor de informação e, dentro dele, o da informação documentária devem acelerar os estudos e ações concretas que facilitem a futura união também nessa importante área estratégica do desenvolvimento dos quatro países. No Mercosul, a política de informação deve ter importantes características, isto é, deve promover o livre intercâmbio de informações, incluindo aí as informações técnicas do conhecimento comum que estão disponíveis não somente em fontes impressas, mas também por intermédio das redes de comunicações que já começam a interligar nossas universidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E NOTAS

1. FARIA, Werther R. *Defesa da concorrência no Mercosul*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1992. p. 16.
2. ver. 1) CEE teme protecionismo na América. *Folha de S. Paulo*, 14 de agosto de 1992, p. 2-10. 2) sobre a aprovação do Tratado de Maastrich pelos franceses ver: 2.1)50 Questions-réponses sur Maastrich. *L'Espresso*, n. 2147, p. 18-30, 4-10 Sept. 1992. 2.2) Europe's puzzling stars. *Time International*, n. 38, p. 14-19, Sept. 21, 1992. 2.3) Référendum: le vote des deux France. *Le Nouvel Observateur*, n. 1453, p. 28-33, 10-16 Sept. 1992.
3. SCHWARTZ, Gilson. Europa aplaude e Japão vaia a criação do Nafta. *Folha de S. Paulo*, 16 de agosto de 1992, p. 3-2.
4. América do Norte acerta mercado comum. *Folha de S. Paulo*, 13 de agosto de 1992, p. 2-13.
5. CAMARGO NETO, Pedro de. Mercosul: um cronograma invertido. *Folha de S. Paulo*, 2 de setembro de 1992, p. 2-2.
- 6 MACHLUP, F. *The production and distribution of knowledge in the United States*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1962.
7. BELL, Daniel. *The coming of post-industrial society*. New York: Basic Books, 1973.
8. PORAT, MARC U. *The information economy*. Washington, DC: Department of Commerce, Office of Telecommunications, 1977.

9. Um excelente trabalho comparando o setor quaternário em diversos países foi feito por Raul L. Katz. Measurement and cross-national comparisons of the information work force. *Information Society*, v. 4, n.4. p. 231-277, 1986.
10. Alguns estudos nacionais: 1) sobre a Argentina: KATZ, R. *An International perspective on the information society*. Cambridge, Mass.: MIT, 1985. Ph D. dissertation 2) sobre a Austrália: BARNES, J. & LAMBERTON, D. *Communication Economics and Development*. New York: Pergamon Press, 1976. 3) sobre o Reino Unido: WAAL, *Four sector time series of the U. K. labour force, 1841-1976*. London: UK Post Office, Long Range Studies Division, 1977. 4) sobre a antiga Alemanha Ocidental: LANGE, S. & REMPP, H. *Qualitative and quantitative aspects of the information sector*. Karlsruhe: Institut für Systemtechnik und Innovationsforschung, 1977.
11. OECD. *Information activities, electronics and telecommunications technologies*. Paris: OECD, 1981.
12. VITRO, R. *The information sector: a crossroad for development*. Transnational Data Reporting Service, Face-to-face Session, 10, May 21, 1984.
13. Vere: 1) KEREN, Carl & HARMON, Larry. Information services in less developed countries. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 15, p. 289-324, 1980. 2) SARACEVIC, Tefko; BRAGA, Gilda M. & QUIJANO SOLIS, Alvaro. *Information Science and Technology*, v. 14, p.252, 1979. 3) ROBREDO, Jaime; BOTELHO, Tânia M. & CUNHA, Murilo B. da. Some problems involved in the developing countries. *Resource Sharing and Information Networks*, v. 6, n. 2, p. 81 -95, 1991.
14. SARACEVIC, op. cit., p. 252.
15. CUNHA, Murilo B. da. Bases de dados no Brasil: um potencial inexplorado. *Ciência da informação*, v. 18, n. 1, p. 45-57, 1989.
16. Id., p. 64
17. CHIARINI, Adriana. Correio Braziliense, Brasília, 28 de junho de 1992, p. 15.
18. Ver: MCDONALD, DENIS D. Public sector/private sector interaction in information services *Annual Review of Information Science and Technology*, 1982.
19. BEARMAN, T. C. & PRICE, D. S. Public sector/private sector interaction in providing library and information services. *Bowker Annual*, v. 28, p. 42-47, 1983.
20. Id., p.43.
21. STEVAN, Günter & TREVISAN, Giorgio. CEE policy to promote the European information services market. *ASLIB Proceedings*, v. 43, n. 2/3, Feb./March 1991, p. 30.
22. Id., p. 31.

*Artigo aceito para publicação em 30 de junho de 1993*